respectivamente de 29 de Setembro de 1928 e 4 de Julho de 1929, os corpos administrativos deixaram de estar isentos do pagamento imediato de emolumentos devidos pelos actos de registo predial.

Esta situação tem-se mantido até ao presente, mas a prática demonstrou que se impõe a restauração do regime instituído pelo citado decreto n.º 15:113.

Na verdade, verificou-se que nos processos em que haja de fazer-se o rateio a que alude o § 1.º do artigo 1.º do decreto-lei n.º 24:882, de 9 de Janeiro de 1935 — e são a maioria —, a despesa com as diligências a efectuar na conservatória do registo predial é, por vezes, superior à importância que vem a ser recebida no final da execução.

Acresce ainda que casos há em que se sabe antecipadamente que o produto da execução não chegará sequer para pagar os emolumentos em causa.

Nestes termos, e tendo em vista o disposto nos artigos 132.º do Código das Execuções Fiscais, 12.º do decreto-lei n.º 24:882, de 9 de Janeiro de 1935, e 694.º, § 1.º, e 695.º do Código Administrativo;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É extensivo aos corpos administrativos o disposto no § 1.º do artigo 281.º do Código do Registo Predial aprovado pelo decreto n.º 17:070, de 4 de Julho de 1929.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Setembro de 1943. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Decreto-lei n.º 33:069

O decreto-lei n.º 32:269, de 19 de Setembro de 1942, consignou que a comissão de serviço dos juizes da 2.ª instância que fazem parte do Conselho do Império Colonial tem a duração de cinco anos (artigo 2.º, § 2.º).

Mas pelo Estatuto Judiciário foi estabelecido que em caso algum será contado o tempo de serviço passado na metrópole pelos juizes das colónias excedente a quatro anos, seguida ou interpoladamente, ainda que preceda despacho ministerial (artigo 30.º, § 1.º, redacção do decreto-lei n.º 22:779, de 29 de Junho de 1933).

Impõe-se harmonizar este preceito com a duração de cinco anos fixada no § 2.º do artigo 2.º do decreto-lei n.º 32:269.

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É alterado o § 1.º do artigo 30.º do Estatuto Judiciário (decreto-lei n.º 22:779, de 29 de Junho de 1933), o qual passa a ter a seguinte redacção:

§ 1.º De futuro e em caso algum será contado o tempo de serviço passado na metrópole, seguida ou interpoladamente, excedente a quatro anos, ainda que preceda despacho ministerial. Exceptua-se o caso de comissão de serviço nos lugares de

vogal do Conselho do Império Colonial, que pode estender-se a cinco anos.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Setembro de 1943. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 33:070

Com fundamento no disposto no artigo 3.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Fica a 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública autorizada a mandar satisfazer, em conta da verba do n.º 1) do artigo 386.º do capítulo 21.º do orçamento do Ministério das Finanças respeitante ao corrente ano económico, a quantia de 186\$76 a cada um dos seguintes escrivães das execuções fiscais de Faro: Manuel Domingos Júnior, Humberto dos Santos Viegas e Manuel Peres Morais, de mínimos de custas.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Setembro de 1943. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

Decreto n.º 33:071

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, um crédito especial da quantia de 1:500.000\$, destinado a reforçar a verba de 2:000.000\$ inscrita na alínea a) do n.º 1) do artigo 223.º, capítulo 13.º, do orçamento respeitante ao corrente ano económico do mencionado Ministério.

Art. 2.º É anulada a importância de 1:500.000\$ na verba de 15:000.000\$ inscrita no n.º 2) do artigo 7.º, capítulo 1.º, do aludido orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém

Paços do Governo da República, 20 de Setembro de 1943. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — An-